

O QUE FORAM AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013?

Isadora Cabreira da Silva

*Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas
isadorasilvacabreira@gmail.com*

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: O presente trabalho visa discutir teoricamente sobre as jornadas de junho de 2013, com o objetivo de sair dos conceitos engessados presentes nas mais diversas discussões e apresentar uma análise conceitual de tais mobilizações a partir de uma pesquisa bibliográfica a partir das seguintes obras: *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (VAINER et. al, 2013) e *Sintomas Mórbidos: a Encruzilhada da Esquerda Brasileira* (FERNANDES, 2019). As considerações finais apresentam que as jornadas iniciam como uma luta popular, mas que acabou sendo descaracterizada por conta da sua expansão sem controle.

Palavras-chave: Junho de 2013. Movimentos Sociais. Passe Livre.

Introdução

As jornadas de junho de 2013 completam uma década neste ano e tem voltado a estar no centro dos debates e reflexões no campo dos movimentos sociais. Acredito que, esporadicamente nas discussões do senso comum ou até nas discussões acadêmicas, ainda não tenhamos conseguido compreender o que foi junho de 2013. Reparo que os entendimentos sobre junho de 2013 tomam sempre dois caminhos distintos: o de que foi uma mobilização financiada por grandes empresas e *think tanks* ou o de que foi uma organização popular que acabou sendo tomada por grupos identificados com a ideologia de extrema direita. Ao tentar desviar desses dois caminhos engessados, temos como objetivo apresentar uma análise conceitual das jornadas, enquanto um elemento fundamental para chegarmos a um caminho de entendimento e não necessariamente uma única definição de tal fenômeno. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir das obras: *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (VAINER et. al, 2013) e *Sintomas Mórbidos: a Encruzilhada da Esquerda Brasileira* (FERNANDES, 2019).

Desenvolvimento

O jornal francês *Le Point*, colocou as jornadas de junho de 2013 enquanto:

Como na Turquia, as manifestações violentas que lançaram às ruas mais de um milhão de pessoas nas cidades brasileiras ecoaram como um trovão em um céu aparentemente sereno. Entretanto, elas demonstraram, para além dos protestos contra a alta das tarifas nos transportes públicos, a *débâcle* do milagre brasileiro, que, após uma década de crescimento

excepcional (5% ao ano), que aumentou a renda per capita de 7.500 para 11.800 dólares e fez emergir uma classe média de 90 milhões de pessoas, cresceu apenas 0,9% em 2012, por conta da política estática e protecionista de Dilma Rousseff.¹

Um escrito feito de forma coletiva por uma comissão específica do Movimento Passe Livre - São Paulo, definiu as mobilizações pelo passe livre como:

[...] um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. É em meio a essa experiência concreta de luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre. (MPL-SP, 2013, p. 13-14)

As lutas pelo passe livre começaram dez anos antes de junho de 2013, primeiramente com a Revolta do Buzu em Salvador (agosto e setembro de 2003); a Revolta da Catraca em Florianópolis (junho de 2004), a qual conquistou a lei do passe livre para estudantes e na criação do Comitê do Passe Livre em São Paulo. O acontecimento da Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro de 2005); as mobilizações contrárias ao aumento da passagem em São Paulo (fevereiro de 2005); a II Revolta da Catraca que impediu o aumento da tarifa na cidade de Florianópolis (junho de 2005); e a luta que barrou o aumento da tarifa em Vitória, no Espírito Santo (julho de 2005). No ano de 2006 aconteceu o Encontro Nacional do MPL (junho de 2006); e a luta contrária ao aumento em São Paulo (novembro e dezembro de 2006). Nos anos de 2008 e 2009, a mobilização contra o aumento no Distrito Federal (outubro de 2008), que acabou na aprovação do passe livre para os estudantes do Distrito Federal (julho de 2009); e a ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro de 2009). O ano de 2010 teve somente uma manifestação, em São Paulo (janeiro de 2010); já em 2011, ocorreram manifestações diversas em São Paulo e outras capitais do país (de janeiro a março de 2011) e as que barraram o aumento em Teresina (agosto de 2011). O ano de 2013 contou as reivindicações em Taboão da Serra no estado de São Paulo, que tiveram como conquista a revogação do aumento da tarifa (janeiro de 2013); em Porto Alegre o aumento da taxa foi derrubado (abril de 2013) e por fim, as jornadas de junho, que derrubaram os aumentos em mais de cem cidades (junho de 2013). O MPL-SP põe sua organização de ação política sendo decidida a partir de baixo, preconizando a participação de todos e todas, defendendo que:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é o suficiente para

1 Tradução feita por Raquel Rolnik (2013).

pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho (MPL-SP, 2013, p. 15).

O relato de Rolnik (2013) sobre um cartaz que observou em uma das manifestações com o seguinte dizer: “Quando meu filho ficar doente vou levá-lo ao estádio.” Cabe relembrar que, no ano de 2014, o país foi sede da Copa do Mundo e em 2016, sede das Olimpíadas, que contaram com obras bilionárias de estádios e centro de treinamentos. Tais construções polêmicas estavam em debates há algum tempo até pelos veículos de mídia tidos como tradicionais, pelo fato de o Sistema Único de Saúde (SUS), estar colapsando por conta da alta demanda em relação a procedimentos de saúde que levavam meses ou anos para serem atendidos. Rolnik (2013) ainda coloca tal projeto das competições mundiais enquanto a forma da mais radical representação do crescimento do capital que é financeirizado, a partir desse desenvolvimento da cidade neoliberal, com construções que deixam grandiosos elefantes brancos para o Brasil: até agradáveis para a estética urbana, porém com pouquíssima ou nenhuma função social.

De acordo com Maricato (2013, p. 20) “As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho.” Em seus anos iniciais, as mobilizações pelo passe livre organizadas pelo MPL eram direcionadas ao passe livre para os estudantes. Mas, com o crescimento abusivo do valor das tarifas, que fugiam da realidade financeira da maioria expressiva da população, o movimento voltou-se para as discussões sobre o direito à cidade, como mencionado anteriormente. E tal discussão obteve força quando o movimento teve contato com a proposta de Tarifa Zero que foi apresentada pela Prefeitura de São Paulo no início da década de 1990. Doravante, o movimento modificou o seu discurso: colocou o transporte público enquanto um direito, necessário para a efetivação de outros direitos, como acesso à educação, saúde e lazer.

O MPL-SP pontua a ação direta da população em relação às suas vidas, e não a partir de processos burocráticos que são feitos nos conselhos municipais ou outros espaços institucionalizados. Segundo o escrito do MPL-SP, foi tal ação direta que aconteceu em São Paulo, quando a sociedade ocupou as ruas no mês de junho do ano de 2013, apropriou-se da gestão das tarifas do transporte público e barrou o decreto do prefeito em exercício Fernando Haddad (2013-2016) em que a passagem aumentava vinte centavos. De acordo com o movimento,

A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar, que não começou em Salvador e não vai terminar em São Paulo. (2013, p. 17-18)

Nas mais diversas análises da obra *Cidades Rebeldes*, percebo que há uma discussão em comum: o direito à cidade. Quais pessoas têm direito à cidade? Quais pessoas formam a cidade? Quais pessoas decidem a dinâmica da cidade? Quais são os sujeitos que possuem fácil acesso aos principais locais de cultura, educação e lazer? A resposta mostra-se presente durante todas as citações acima: a cidade é composta pela classe trabalhadora, porém grande parte dela não possui esse direito a cidade e também não decide suas formas de existir. Não é de se impressionar de que o Copan, prédio pensado por Oscar Niemeyer, com mais de mil

apartamentos e cinco mil moradores, localizado no coração de São Paulo, tenha aluguéis em que o valor mais em conta é de três mil reais mensais; e Cidade Tiradentes a quase duas horas de distância do centro da cidade de transporte público, que possui o maior número de conjuntos habitacionais da América Latina, teve a primeira loja de fast-food inaugurada em 2018, a qual foi um evento. Tal contexto demonstra que existe um abismo aparentemente sem fim no espaço-tempo que atravessa os dois espaços da cidade.

Em relação a quem e ao que faz parte das mobilizações nas jornadas de 2013, Fernandes (2019, p. 92) apresenta a ideia de diversidade nas multidões, que era espacial e também temporal:

- A. Base do MPL + juventude + esquerda radical: aumento da tarifa do transporte público, outras questões de esquerda;
- B. (A) + classe média: solidariedade contra a polícia + não apenas os 20 centavos;
- C. (B) + massificação da mídia social: crise de representação, cinco causas (segundo Anonymous), anticorrupção, problemas da Copa do Mundo;
- D. (C) - (A): verde e amarelo, “meu partido é meu país”, antipartidarismo, antipetismo/antiesquerda;
- (C) - pós-política;
- (C) - pós-política + euforia: ultrapolítica: tendências fascistas

Fernandes (2019), quando discute sobre essas multidões, coloca as jornadas de junho de 2013 enquanto competitivas, em uma disputa permanente entre os partidos de esquerda e direita para tomá-la para si e despolitizá-la com em detrimento de projetos próprios. E a representação de junho enquanto uma primavera brasileira foi algo do momento, pois ali teve início a crise de representação com a rejeição dos posicionamentos ideológicos e partidos políticos, mesmo que as reivindicações por serviços públicos de qualidade fossem pautas orgânicas da esquerda.

Considerações Finais

Noto que as jornadas de junho de 2013 iniciam enquanto uma luta popular, com uma organização feita por um movimento de caráter revolucionário, que termina sendo descaracterizada por conta de sua massificação, o que acabou dando visibilidade a grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL). Não cabe culpabilizar o MPL de maneira nenhuma, mas é de se questionar a leitura e distribuição da própria mídia e das redes sociais. O fato que é demasiadamente curioso é o de que, apesar da massificação nas grandes mobilizações, somente sujeitos de movimentos estudantis e políticos alinhados ao campo progressista foram indiciados criminalmente.

Referências

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Capital, 2013.